



Democracia no centro do debate

As propostas de alteração na legislação para endurecer a repressão às manifestações foi tema de debate que lotou auditório na FND. **Página 8**

www.adufrj.org.br

AduFRJ

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN - Ano XII nº 836 - 11 de março de 2014 - Central Sindical e Popular - Conlutas

Arte na rua

Martha Werneck e Licius Bossolan ilustraram o mais novo painel da Adufrj-SSind.

Página 6



Adufrj-SSind organiza reuniões nas Unidades

Decisão foi tomada em reunião do Conselho de Representantes. O objetivo é retomar o debate sobre condições de trabalho, carreira e salários. **Confira o calendário** **Página 5**

De olhos bem abertos

Regulamentação da carreira não pode prejudicar docentes

As propostas iniciais surgidas na Comissão de Legislação e Normas do Consuni sobre a regulamentação, na UFRJ, da lei de carreiras docentes, são preocupantes. A direção da Adufrj-SSind critica a "visão elitista" da proposta da PR-2 e alerta para os riscos à carreira da maioria dos docentes da UFRJ. **Páginas 2 e 3**

ADUFRJ-SSIND CONVOCA ASSEMBLEIA GERAL PARA ESTA SEXTA-FEIRA, 14 DE MARÇO, NA PRAIA VERMELHA

Confira pauta e local no site da Seção Sindical

A onda laranja

Nos anos recentes, não se tem notícia de categoria que tenha arrancado acordo tão vitorioso: os garis conquistaram um reajuste no salário-base de 37% - que passa dos atuais R\$ 802,57 para R\$ 1.100 - e mais 40% de aumento no adicional de insalubridade. A onda laranja enfrentou o cerco infame de jornais e emissoras de rádio e TV, a repressão policial e o autoritarismo do prefeito Eduardo Paes (PMDB) que chegou a anunciar a demissão de 300 trabalhadores. Durante oito dias, a greve alterou a rotina da cidade e os garis deixaram a sua marca na história deste carnaval.



Triste memória UFRJ homenageou ditador em 1972

A Adufrj-SSind vai solicitar ao Conselho Universitário a cassação do título de Doutor Honoris Causa concedido ao general Emílio Médici, quando o militar comandava a ditadura brasileira num dos períodos mais duros do regime.

Painel Adufrj, página 7

CARREIRA DOCENTE

Progressão ou regressão?

Comissão de Legislação e Normas (CLN) do Consuni inicia debate sobre regulamentação, interna à UFRJ, da lei de carreiras docentes. Só que as propostas iniciais causam ainda mais prejuízos aos professores

Diretoria da Adufrj-SSind critica visão elitista do documento

No dia 10 de março (data de fechamento desta edição), a Comissão de Legislação e Normas (CLN) do Conselho Universitário se reuniu no prédio da reitoria para a primeira fase de discussão de uma minuta que regulamenta a carreira docente na UFRJ.

A primeira crítica ao documento original (que já sofreu algumas modificações neste encontro ao qual a reportagem da Adufrj-SSind não teve acesso) se refere à separação da carreira entre Magistério Superior e EBTT. Outro problema é a exigência de o docente manter-se vinculado a programas de pós-graduação *stricto sensu* para ascender à classe de Professor

Associado (o texto teria sido elaborado pela Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2)).

A próxima reunião da CLN está programada para 17 de março, quando os conselheiros irão se debruçar sobre a regulamentação da carreira dos professores do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT). Após essa primeira fase de discussões, a minuta seguirá para as decanias com o objetivo de encaminhar a avaliação nos Conselhos de Centro. Caberá à CLN a sistematização das propostas, que deverão ser definidas até 2 de abril. O Consuni do dia 11 de abril irá pôr em pauta a matéria.

A diretoria da Adufrj-SSind analisou as proposições e compreende que a discussão, embora importantíssima para o futuro da categoria, está passando ao largo do conhecimento público na UFRJ. “De fato, há a necessidade impenhosa da regulamenta-

ção interna da progressão (e promoção), até porque há processos parados esperando uma regulamentação interna. Mas a questão que se coloca é quais as condições dessa regulamentação”, afirmam os diretores, em nota.

“Estão sendo discutidos os requisitos para o docente progredir na carreira, mas, na contramão dos debates mais avançados sobre a importância do ensino básico, a proposta em discussão separa a regulamentação dos EBTTs da do magistério superior, o que já reflete uma visão elitista e fragmentada de universidade”.

Nos termos da Lei, conforme o Art. 12, podem progredir para a Classe B (Assistente) e para a Classe C (Adjunto) todos os docentes por meio de processo de avaliação de desempenho. Pelas regras atuais, todos os professores, desde que sejam

aprovados em processo de avaliação de desempenho abrangendo ensino, pesquisa, extensão e gestão, podem chegar à classe de Associado IV desde que obtenham título de doutorado. A promoção para a classe E (Titular) exige, além do título de doutor, avaliação de desempenho e, ainda, “lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita”.

“Pois bem, um dos temas da proposta apresentada previa um novo requisito para um docente conseguir a ‘promoção’ para a classe de Associado: além de doutorado, mencionava-se a necessidade de vinculação do docente a um curso de pós-graduação *stricto sensu* na UFRJ, ou seja, pretendia-se limitar a progressão apenas para um nú-

mero pequeno de professores”, prossegue a nota da diretoria.

Peso diferenciado

O peso dado às atividades docentes também possui relevância nessa discussão, uma vez que a proposta apresentada atribui um baixo peso (e importância) às aulas ministradas na graduação. Ao privilegiar a atuação docente na pós-graduação, limita-se a ascensão funcional por meio da imposição de barreiras não previstas em lei, reduzindo o número de docentes que irão alcançar melhores condições de remuneração e, sobretudo, de aposentadoria.

“Trata-se de uma lógica que corrobora a ideia de que a graduação é uma função menor da universidade, em flagrante desrespeito aos princípios ético-políticos que deveriam pautar os servidores públicos da universidade”, afirma a diretoria da Adufrj-SSind.

Arquivo Adufrj-SSind



Professores do CAp, da carreira de EBTT, pela proposta em análise na CLN, teriam regulamentação separada dos docentes de magistério superior: reflexo de uma visão fragmentada da universidade

CARREIRA DOCENTE



Aposentados prejudicados, mais uma vez

A grande maioria dos futuros docentes aposentados da UFRJ ganhará valores muito inferiores aos que hoje se aposentam, e a regulamentação, nos termos da proposta da PR-2, pode acarretar prejuízos ainda piores à grande maioria dos docentes da UFRJ, ao criar graves entraves à carreira.

“Assim, para além de toda a precarização da carreira anterior a 2012, como amplamente denunciada na greve, que atinge os aposentados desde o fim do direito à paridade, os futuros inativos da UFRJ poderão vir a sofrer ainda mais na pele o alto custo de vida em nossa cidade e a baixa remuneração a que estarão fadados diante dos entraves para sua progressão. Isso sem mencio-

nar o fim da previdência pública, com a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp)”

“Em resumo, a carreira proposta tal como se discute na CLN, além de não atender ao perfil de vários profissionais (e de alguns cursos por inteiro), por exemplo, mais ligados à extensão, ou à graduação como centralidade, cria problemas futuros de implementação, até pelas regras da Capes, que limita a criação de novos cursos.”

Mas o que está por trás dessa proposta? Uma visão elitista de universidade, que pretende impor à UFRJ uma lógica produtivista.

Elitista porque concebe a pós-graduação (da qual poucos participam) como uma tarefa mais valorizada do que a formação de alunos de graduação, com a criação de uma “casta” que receberá melhores salários; antidemocrática porque ignora que, de acordo com os critérios de produtividade impostos externamente à universidade pela Capes, e seus comitês de área, a lógica da pós-graduação é própria, e limitada. Portanto, somente pode ser alcançada por poucos.

Falsa ilusão

A proposta pode até criar uma expectativa para os jovens doutores de que todos chegarão à pós-graduação, mas há unidades da UFRJ onde a pós é inexistente ou incipiente. Isso sem contar que, mesmo em unidades onde a pós é consolidada, são poucos os que conseguem atingir a meta de produtividade que os permitam

ingressar (e continuar) nela. A situação acarreta inclusive, doenças laborais como estresse, depressão, dentre outras, diante do sacrifício imposto aos trabalhadores, além de favorecer o assédio moral: ou seja, a exclusão do docente da pós pode se dar também por perseguições pessoais.

“Nessa linha se questiona diretamente a lógica imposta ao professor para progredir, que não parte de tarefas previamente que nos são atribuídas (tal como ocorre no restante do funcionalismo público), mas sim a partir de funções a que muitos não têm acesso”.

Violação da autonomia universitária

Segundo a diretoria da Adufrj-SSind, não menos importan-

te é a violação da autonomia universitária, pois as regras para se criar um curso de pós-graduação, ou para se manter nele, tal como existem hoje, não são nem democráticas nem estão sob o controle da UFRJ, uma vez que são profundamente afetadas por decisões do CNPq (MCT) e Capes/MEC. O que levará os professores que se pautarem por esta carreira a se submeterem a uma lógica de trabalho externa à UFRJ e seus colegiados.

“Certamente, essa proposta de regulamentação colocada em discussão na CLN favorece ao MEC, que poderá ‘economizar’ no pagamento de menores salários a aposentados e docentes na ativa. O mais irônico é que se esteja usando da nossa autonomia para criar restrições e condições à carreira dos docentes que nem mesmo o MEC teve coragem de colocar na lei”, diz a nota da Seção Sindical.

O que se está deixando de lado, como se não tivesse importância, é o direito da grande maioria dos docentes da UFRJ que estão na base a uma remuneração digna e condições de trabalho e aposentadoria. Caso prevaleça a proposta, será prejudicado um grande número de estudantes de graduação. Eles verão seus mestres se digladiando para ingressar e permanecer na pós, deixando de lado a graduação, que é totalmente desvalorizada (sua pontuação atinge cerca de 15% dos pontos necessários para progredir). Isso sem mencionar os princí-

Histórico

“A lei mudou: após uma grande greve em 2012 nossa carreira foi profundamente transformada por ato do governo, com apoio de certa entidade pelega e da bancada governista no parlamento, que culminaram, após o envio de medida provisória, na aprovação da Lei nº 12.772, nos últimos dias de 2012, depois alterada pela Lei nº 12.863, de setembro de 2013, por ação do próprio governo, que reconheceu equívocos no texto anterior”.

“Portanto, a carreira que hoje temos (que não foi apoiada pelo legítimo e combativo sindicato nacional dos docentes (Andes-SN) e rejeitada pelos docentes da UFRJ em concorridas Assembleias no transcórre da última greve), possui (muitas) ilegalidades e incongruências, as quais estão sendo repetidas, e aprofundadas, na proposta de regulamentação elaborada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR-2), como a inclusão de exigências e concepções que sequer estão previstas na Lei nº 12.863/13”, afirma a diretoria da Adufrj-SSind.

pios da democracia, equidade e autonomia que estão em risco.

A Adufrj-SSind se coloca frontalmente contra uma proposta que priorize a pós-graduação em detrimento da graduação e defende a abertura de um amplo debate institucional sobre a regulamentação interna da carreira, no qual democraticamente sejam definidos os critérios a serem adotados e sobre o alcance e a definição do conteúdo da avaliação e seus requisitos.



Segen Estefen é o presidente da Comissão de Legislação e Normas na qual tramita a regulamentação polêmica



Do gabinete de Débora Foguel (PR-2) saiu a proposta de progressão vinculada a programas de pós

Confira as propostas em tramitação na CLN no site da Adufrj-SSind: www.adufrj.org.br

CARREIRA DOCENTE

No Consuni pré-carnaval, proposta causou reação

Minuta em debate na Comissão de Legislação e Normas do Consuni causou indignação na última sessão do colegiado. Reitoria diz que conteúdo do documento ainda é preliminar

Progressão ficaria ainda mais difícil

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

A problemática proposta interna de regulamentação da lei das carreiras docentes (leia matéria nas páginas 2 e 3 desta edição) provocou revolta na última sessão do Conselho Universitário, em 27 de fevereiro. Um dos primeiros a se manifestar contra as normas, da forma como elas começaram a circular em meio eletrônico pela UFRJ, foi o professor Roberto Leher, representante dos Titulares do CFCH: “A Lei 12.772 foi amplamente rejeitada na universidade. Sabíamos que essa carreira (imposta pelo governo) traria muitos problemas. Agora ela está sendo regulamentada sem debate na UFRJ”.

O texto buscava, entre outros itens, regulamentar a flexibilização da Dedicção Exclusiva: “Este não é



“
A Lei 12.772
foi amplamente
rejeitada na
universidade
”

Roberto Leher

Representante dos
Titulares do CFCH

um assunto administrativo corriqueiro. É algo estrutural. Temos manifestação do MEC de que a DE já cumpriu seu papel histórico, mas há a CGU (Controladoria-Geral da União) questionando e responsabilizando professores pelo não cumprimento da DE. Isso precisa ser objeto de reflexão coletiva da universidade”, completou Leher.

A conselheira Maria Malta (representante dos Adjuntos do CCJE) complementou a intervenção de Leher: “Se não houver debate, teremos a carreira desvinculada do projeto de universidade que defendemos”. Ela destacou que a minuta cria mais barreiras para a progressão do que as atualmente existentes na lei do governo: “Esse debate vai definir a universidade na qual eu vou trabalhar nos próximos 20 anos”.

O presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, também criticou a falta de discussão sobre a minuta: “A pressa não pode significar o aprofundamento da precarização



“
A pressa não
pode significar o
aprofundamento
da precarização
do nosso
trabalho
”

Cláudio Ribeiro

Presidente da Adufrj-SSind

do nosso trabalho. É preciso reforçar o caráter público da nossa universidade”. Cláudio atacou a minuta por “invisibilizar a área de Extensão”.

O dirigente da Seção Sindical ainda informou o conselho sobre as principais deliberações do Congresso do Andes, com destaque para a defesa da educação pública e a luta contra o PNE do governo.

Reitor contemporiza

O reitor Carlos Levi esclareceu que a minuta foi criada para dar “ampla divulgação” ao tema, de forma que houvesse tempo para acréscimos e observações das Unidades. Após esse processo, a minuta, com todas as sugestões seria encaminhada ao plenário do Consuni para discussão e deliberação. Levi disse, ainda, que houve uma “precipitação” (na divulgação) e que a versão do documento é ainda preliminar: “Não é absolutamente o que se pretende trabalhar como minuta para discussão”.

Assistência estudantil volta ao debate

Os alunos da UFRJ reivindicaram, no Consuni do dia 27, uma política mais ampla de assistência estudantil. Segundo o conselheiro Julio Anselmo, da bancada discente, hoje, cerca de 50% dos estudantes da UFRJ são de outros estados ou do interior do Rio de Janeiro: “Isto nos impõe uma demanda por assistência estudantil que nunca tivemos. Para além de uma exigência, estamos aqui fazendo um apelo à sensibilidade da reitoria e dos conselheiros. Queremos um Consuni especial para que a universidade se debruce sobre o tema, se possível ainda no mês de março. É um tema muito candente para os estudantes que são a base da universidade”, afirmou.

O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Rangel, falou sobre as ações da UFRJ para solucionar o problema do Restaurante Universitário da Letras, fechado desde dezembro. Ele informou que o teto onde houve a infiltração provocada pelas chuvas do fim do ano já foi impermeabilizado. “Agora

há condições de fazer um novo forro de gesso para o teto, mas há algumas exigências da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que precisam ser cumpridas antes da reabertura. Para isso, são necessárias algumas reformas”, informou. De acordo com Rangel, o prazo para a reabertura do bandeirão da Letras é junho de 2014.

Restaurantes universitários

Ainda segundo o dirigente, atualmente são servidos 3.250 almoços e 700 jantares no RU Central. No CT, são 1.350 refeições no almoço e 700 na janta. A expectativa, com a reabertura do RU da Letras, é que o bandeirão ofereça 1.200 almoços e 800 jantares. O pró-reitor afirmou que o restaurante do CCMN está em construção e servirá mais de duas mil refeições diariamente.

Sobre o bandeirão da Praia Vermelha, o pró-reitor informou que a licitação para a construção do espaço está “bastante adiantada” e que



Estudantes cobraram a criação de mais bandeirões pela universidade, entre outros temas

nos próximos dias será encaminhada para a PR-6. Mas, que o espaço será constituído por contêineres: “O fato de

serem contêineres com cozinha pré-moldada para a Praia Vermelha torna muito mais curto o prazo para licitação”.

A expectativa é que sejam servidas 800 refeições no almoço e 500 no jantar naquele campus.

Foto: Silvana Sá - 27/02/2014

MOBILIZAÇÃO

Primeiro passo foi dado

Reunião do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind indica reuniões nas Unidades para que os professores possam retomar, em 2014, o debate sobre condições de trabalho, carreira e salários

Encontros acontecem nos próximos dias

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Com casa cheia, o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, em 26 de fevereiro, aprovou uma rodada de reuniões nas unidades para discutir, além de questões específicas locais, a agenda relacionada à Campanha Salarial e à Carreira. Os encontros antecedem uma Assembleia Geral da categoria marcada para 14 de março (local e horário serão divulgados no site e nos perfis da Seção Sindical nas redes sociais). Nela, será avaliado ainda o plano de lutas recentemente aprovado no 33º Congresso do Andes-SN (noticiado na edição anterior). Esta AG também deverá avaliar a participação docente na data de mobilização nacional dos servidores federais programado para 19 de março.

A Faculdade Nacional de Direito realiza encontro em 11 de março, às 18h30. O calendário prevê reuniões unificadas da Escola de Belas Artes (EBA), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) dia 12, às 10h, no auditório Archimedes Memória (prédio da Reitoria). As unidades da Praia Vermelha se reúnem também em 12 de março, às 13h, no auditório Manoel Maurício de Albuquerque (CFCH). Em 13 de março, será a vez do Colégio de Aplicação (CAp), às 12h. A Faculdade Nacional de Direito (FND) também realiza encontro na mesma semana, ainda sem data confirmada.

Pauta interna

A avaliação conjunta dos conselheiros da Adufrj é que as lutas por melhores condições de trabalho e salários devem ganhar destaque no próximo período. Na pauta geral dos servidores federal, estão a política salarial e data-base. Mas os professores universitários precisam indicar o índice compatível com as perdas históricas e o piso da categoria. O objetivo é fazer frente aos prejuízos impostos pelo governo com o novo plano de carreiras (lei nº 12.772/2012): "Temas como a impossibilidade de progres-



Pela base. Conselheiros preparam agenda de atividades locais para campanha salarial e por melhores condições de trabalho

são no estágio probatório ou dos Adjunto IV que não estão vinculados a uma pós-graduação *stricto sensu* têm tudo para acirrar as lutas internas na universidade", avaliou Luciana Boiteux, diretora da Seção Sindical.

O polêmico reajuste parcelado em três vezes até março de 2015 (a próxima, a segunda, será paga no início de abril deste ano), também definido na lei nº 12.772, deve ser alvo de atenção dos professores. "Um percentual que, não bastasse não repor a inflação, ainda é bastante variável. Há casos que não ultrapassam 1,8%", destacou Maria Malta, do Instituto de Economia.

Educação pública e outras lutas

Defendida pela delegação da Adufrj-SSind no último Congresso do Andes-SN, a derrubada da atual proposta governamental de Plano Nacional de Educação é considerada estratégica para a centralidade da luta dos docentes do ensino superior. O PNE permite o desvio de recursos orçamentários para o ensino privado. Em reação, o movimento docente organiza um Encontro Nacional de Edu-

cação para agosto deste ano. "Talvez a maior contribuição que o Sindicato Nacional possa dar à organização da luta de classes no país hoje sejam essas frentes em defesa da escola pública", argumentou Roberto Leher, da Faculdade de Educação.

O avanço da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre as universidades (hoje, já são 19 hospitais universitários sob contrato da Ebserh), o agravamento das perdas dos aposentados e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) estão na lista dos enfrentamentos que demandam políticas imediatas dos professores.

Fora isso, o movimento docente soma-se aos esforços contra ampliação da criminalização dos movimentos sociais, expressa, entre outras iniciativas, pela proposta de lei antiterror (PLS 499). "Seja pelo sindicato, seja por iniciativa individual, sabemos que uma série de professores da UFRJ acompanha as lutas que estão em curso nas ruas. Em algum momento teremos de tomar posição sobre o aumento da repressão", justificou Cláudio Ribeiro.

Calendário

Dia 11 - 18h30

local - FND

Dia 12 - 10h

auditório Archimedes Memória - reunião unificada dos docentes da EBA, FAU e IPPUR

Dia 12 - 13h

auditório Manoel Maurício de Albuquerque - reunião dos professores das Unidades da Praia Vermelha

Dia 13 - 12h

Colégio de Aplicação

Dia 14 - 11h

HUCFF - sala a confirmar

Dia 14

Assembleia Geral da Adufrj-SSind

Dia 19

Dia Nacional de Paralisação dos SPF



Autoria: Martha Werneck
Título: autorretrato com paisagem e Hospital Universitário ao fundo
Técnica: óleo sobre painel de madeira
Dimensão: 160x80cm
Ano: 2014

Autoria: Martha Werneck
Título: autorretrato com paisagem
Técnica: mista sobre tela em painel de madeira
Dimensão: 100x150cm
Ano: 2010

Martha Werneck e Licius Bossolan, da Escola de Belas Artes, convidados a ilustrar o painel, adaptaram dois trabalhos anteriores (no detalhe)

Arte para reflexão

Docentes da EBA-UFRJ emprestam seu talento para ilustrar novo painel da Adufrj-SSind

Mensagem crítica violência contra as mulheres

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

O mais novo *outdoor* da Adufrj-SSind na lateral do ex-Canecão faz uma referência ao Dia Internacional da Mulher. Porém, de forma bem diferente do caráter festivo e comercial que a data ganhou atualmente. “No 8 de março, nem tudo são flores. Queremos respeito o ano inteiro! A cada quatro minutos uma mulher é

vítima de violência doméstica no Brasil” é o texto em destaque. O painel, que ficará exposto por todo este mês, foi uma criação do Coletivo de Mulheres da UFRJ, do DCE Mário Prata e da Seção Sindical.

Ao lado da mensagem, há a imagem de uma mulher (seu rosto não aparece) com uma postura defensiva. Ela foi resultado da adaptação de dois trabalhos anteriores dos professores Martha Werneck e Licius Bossolan, da Escola de Belas Artes, convidados a ilustrar o painel.

Licius explicou que a opção por utilizar a mulher sem a face coletiviza a obra: “Não queremos falar apenas de uma mu-

lher ou de um segmento”, diz. Martha complementa: “São várias, todas as mulheres em apenas uma. A perna semi-aberta significa a mulher na defensiva. Não precisávamos da mensagem pronta, porque não se trata de propaganda, mas de pintura. A pintura leva o espectador a uma necessidade de pensar, de refletir sobre o assunto”.

Processo de criação

“Tivemos liberdade autoral para decidir as imagens que poderiam ser usadas. O conteúdo escrito nos foi dado e escolhemos que pinturas tinham condições de compor a mensagem final. Nós trabalhamos

com a representação da mulher e ter nosso trabalho associado a uma pauta política, num espaço como aquele painel, é muito gratificante! Estamos muito felizes”, disse Martha, que é professora do curso de Pintura, além de ilustradora de livros infantis.

O fato de serem professores e ex-alunos da EBA enriquece ainda mais o significado do trabalho. O curso de Pintura data de 1886, mas não deixa de ser atual. “O curso vai se reformulando a partir das necessidades do seu tempo. É um curso autoral, para que cada pessoa desenvolva seu estilo, sua linguagem pessoal”, destaca Licius.

50 anos do golpe: tema da U&S

“50 anos do golpe militar: dores, sonhos e resistências – uma história inacabada”. Esse será o tema central da 54ª edição da Revista Universidade e Sociedade, do Andes-SN. O próximo número da publicação semestral do Sindicato Nacional será lançado no 59º Conselho das Associações Docentes (Conad), marcado para o segundo semestre de 2014, em Aracaju (SE).

Os artigos devem ser enviados até 19 de abril, como arquivos de textos anexos ao e-mail, para o endereço eletrônico andesregsp@uol.com.br. A normatização pode ser consultada na página do Andes-SN.

Adesão ao plano de saúde

As adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind estão abertas, com carência reduzida, até 18 de março e de 21 de março a 18 de abril, para consultas, exames, internações e cirurgias. A carência reduzida só será possível para os segurados com idade inferior a 59 anos.

Tabela

A tabela com os valores por faixa etária pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro deste ano.

Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelo telefone 97686-6793 ou pelo e-mail convenio.unimed@adufrj.org.br.

Erramos

■ A conferência do professor Luiz Eduardo Soares no *campus* da Praia Vermelha – no salão Pedro Calmon, em 19 de fevereiro – ganhou destaque na edição nº 835 do **Jornal da Adufrj**. Na palestra, Luiz Eduardo defendeu a desmilitarização da polícia. Faltou informar, no entanto, que o evento que abriu espaço para a participação do professor foi organizado pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) para discutir a criminalização dos movimentos sociais e dos direitos humanos. A mediação foi feita pela professora Rosa-ná Morgado.



SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro. 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux. 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos. 1º Secretário: José Henrique Sanglard. 2º Secretário: Romildo Bomfim. 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho. 2º Tesoureira: Regina Pugliese. **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes. **Faculdade de Educação** Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemus Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher. **Escola de Comunicação** Luiz Carlos Brito Paternostro. **Faculdade de Administração e Ciências Contábeis** Vitor Mario Iorio. **Instituto de Economia** Alexis Nicolas Saludjian. **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional** Cecília Campello do Amaral Mello. **Faculdade Nacional de Direito** Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista. **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo** Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras. **Escola de Belas Artes** Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema. **Faculdade de Letras** Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira. **Escola de Educação Física e Esportes** Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca. **Escola de Enfermagem Anna Nery** Walcy de Oliveira Barros; Gerson Luiz Maninho. **Coppe** Vera Maria Martins Salim. **Escola Politécnica** José Miguel Bendrao Saldanha; **Coordenador de Comunicação** Luiz Carlos Maranhão. **Editor Assistente** Kelvin Melo de Carvalho. **Reportagem** Silvana Sá e Elisa Monteiro. **Projeto Gráfico e Diagramação** Douglas Pereira. **Estagiários** Darlan de Azevedo Junior e Guilherme Karakida. **Tiragem** 4.000. **E-mails:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br. **Redação:** comunica@adufrj.org.br. **Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br. **Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br. **Página eletrônica:** <http://www.adufrj.org.br>. **Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.**

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

UFRJ homenageou Médici

No ano em que a ditadura civil-militar faz 50 anos, o professor Felipe Acker, representante dos Associados no Consuni, chamou atenção para um fato que não faz bem à memória da UFRJ. Em 31 de agosto de 1972, o Conselho Universitário concedeu o título de Doutor Honoris Causa ao general Garrastazu Médici, quando o militar ocupava o Palácio do Planalto como ditador. A homenagem está registrada no Boletim nº 37 da universidade. Segundo a publicação, a indicação para o título foi apresentada no colegiado pelo então reitor Jair Menezes, e o Consuni aprovou-a por aclamação.

Garrastazu Médici governou o país entre 1969 e 1974, um dos períodos mais duros da ditadura. Sob seu governo, a violação de direitos se intensificou, os porões do regime agiam

com desembaraço e a tortura foi consolidada como instrumento da repressão.

Por conta do aniversário do regime que prendeu, torturou, banuiu e assassinou durante duas décadas, crescem manifestações que buscam retirar homenagens em nomes de ruas, escolas e pontes a ex-ditadores. No Rio de Janeiro, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública para retirar o nome de "Presidente Costa e Silva" da

ponte Rio-Niterói. Os procuradores argumentam que o objetivo não é apagar as lembranças de um período de violência, mas fomentar a proteção aos direitos humanos.

Na Bahia, depois de um movimento organizado por estudantes do ensino médio, o nome do Colégio Estadual Emilio Médici, em Salvador, foi trocado por Colégio Estadual Carlos Marighella, conterrâneo dos alunos.

A Adufrj-SSind vai solicitar imediatamente ao Consuni a cassação do título concedido ao Ditador e irá solicitar à Comissão da Verdade da UFRJ o levantamento de todos os títulos honoris causa concedidos pela Universidade, no período entre 1964 e 1988, para que sejam tomadas as providências de resgate da memória dos perseguidos e a retirada de condecorações em casos semelhantes a este.

Arquivo/Agência O Globo - 17.09/1969



Em reunião do Alto Comando do Exército, em 69, Médici (o quarto, da esq. para dir.)

Pediu demissão

Antônio José Barbosa já não responde mais pela Superintendência Geral de Políticas Estudantis.

Contramão

Como já foi noticiado aqui neste Painel Adufrj, o link de datas históricas que faz parte do conteúdo do site da UFRJ, inexplicavelmente, continua reverenciando a ditadura com informações que enaltecem feitos de ditadores.

Não há referência ao 24 de setembro de 1966, o dia no qual a polícia invadiu a Faculdade de Medicina da UFRJ que funcionava num prédio na Praia Vermelha.

Novos números

Os telefones das unidades do campus da Praia Vermelha mudam a partir do dia 22 de março.

O atual prefixo 3873 será substituído pelo novo: 3938.

A migração atinge a ECO, a FACC, o IE, a ESS e o IP.

A troca resulta da contratação de uma outra operadora (a Embratel) para servir à universidade.

Concurso

O Consuni de 27 fevereiro aprovou o edital para concurso de professores efetivos da Escola de Educação Infantil.

Até hoje essa escola ainda funciona com professores temporários.

Casa da Ciência

Até 30 de março a exposição "Nós do Mundo" poderá ser visitada na Casa da Ciência. As imagens expostas com criatividade procuram traduzir com arte a preocupação com as emissões mundiais de CO2 que, de acordo com Mônica Atalla, uma das responsáveis pela mostra. A exposição é estruturada também para o público infantil, com livros e jogos.



Exposição "Nós do Mundo"

Entrada franca. Até 30 de março. Terça a sexta 9h às 20h. Sábados, domingos e feriados 10h às 20h. Escolas e grupos podem fazer agendamento de visitas pelo (21) 2542-7494. Cada da Ciência - Lauro Muller, 3, Botafogo, ao lado do ex-Canecão.

Abuso sexual

Três estudantes sofreram abuso sexual na Praia Vermelha, segundo denuncia do DCE Mário Prata.

Dois casos ocorreram no ponto de ônibus, próximo à entrada do Pinel. Um outro caso no restaurante Caldeirão.

Por meio de carta, o diretório reclama providências à reitoria: "Lembrando que segurança nos campi não significa ampliar o efetivo policial, ou a segurança terceirizada armada", diz a carta dos estudantes.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes

VIDA DE PROFESSOR SUBSTITUTO É ...



BRASIL

Democracia em xeque

Debate sobre segurança pública marca atividade organizada pelo DCE na Faculdade Nacional de Direito

Projetos em tramitação no Congresso endurecem repressão aos manifestantes

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

“Desmilitarização da PM e Segurança Pública” foi o tema do debate que reuniu, dia 25, representantes de movimentos sociais e partidos políticos na Faculdade Nacional de Direito (FND). A atividade foi organizada pelo DCE Mário Prata para receber os calouros da FND, com o apoio do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. Um dos destaques foi uma nova legislação, em tramitação no Congresso Nacional, que cria novos crimes ou amplia penas de crimes contra o patrimônio, como reação às manifestações de junho. O assunto mobiliza setores conservadores preocupados com a integridade de suas agências bancárias, ônibus, entre outros.

Um desses atentados à democracia é o Projeto de Lei do Senado 499/2013. Conhecido como Lei Antiterrorismo, o PLS tipifica o crime de terrorismo no Brasil e prevê pena de 15 a 30 anos de prisão para quem o praticar. O projeto foi encaminhado ao plenário da casa legislativa na tarde de quarta-feira (26) e poderia entrar na ordem do dia a qualquer momento.

Dentre os palestrantes estava Orlando Zaccane, delegado de Polícia Civil, que iniciou sua intervenção com a seguinte provocação: “Segurança pública nos remete à democracia ou à repressão?”. Em seguida, o delegado continuou: “O enfraquecimento da democracia se dá pela política de segurança”. Isto porque, de acordo com Zaccane, segurança não tem papel de prevenção de crimes, mas de “gerenciamento do caos”, citando o filósofo italiano Giorgio Agamben.

Ainda segundo o delegado, como ocorre em todo o seletivo sistema penal, o recrudescimento da lei, com penas mais duras e novas tipificações atinge apenas uma camada da sociedade. “Vivemos a criminalização da pobreza. Eu já sei quem vai ser preso nos crimes de racismo, de homofobia, na Lei Maria da Penha. Serão os mais vulneráveis, os mais pobres, os menos protegidos”, alegou.

Cyro Garcia, presidente nacional do PSTU, relacionou o problema da segurança pública à luta de classes: “A segurança



Debate atrai dezenas de pessoas, no último dia 25

existe para proteger a propriedade privada da classe dominante. Não dá para falar de segurança pública sem considerar o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo”.

Garcia alertou que o tema está diretamente relacionado à saúde, à educação, à garantia de emprego para a juventude, ao saneamento básico. “Só se discute política de segurança atacando todos esses temas”. Ele defendeu a implementação de uma polícia unificada, civil, com direito à greve, à sindicalização e com delegados eleitos pela comunidade: “Isso é falar de democracia”, frisou.

Projeto de cidade

Para o deputado estadual do PSOL, Marcelo Freixo, o debate sobre segurança pública no Rio de Janeiro tem relação direta com o projeto de cidade que se pretende: “A cidade nunca foi tão partida, tão excludente como agora. Não dá para considerar que só se pode debater segurança depois que forem resolvidos os problemas de saúde, educação, moradia. Temos que debater qual é a polícia que queremos”, destacou. Em pouco mais de 50 dias desse ano, foram mortas 40 pessoas pela polícia, segundo Freixo. “Já somos a quarta população carcerária do mundo e esse número só cresce. Temos hoje mais de 500 mil presos”, disse o parlamentar.

Ele citou o projeto de lei apresentado por José Mariano Beltrame no Senado (o do antiterrorismo) como mais um instrumento de repressão que precisa ser analisado com cuidado. O PL tipifica crime de desordem pública com penas que podem chegar a 26 anos de prisão. O projeto prevê, ainda, penas para manifestantes mascarados nos atos de rua. “No texto da lei há o ‘terrorismo contra coisas’. Segundo essa mudança legislativa, o crime contra



Luciana Boiteux,
da Adufrj-SSind



Cyro Garcia,
do PSTU

o patrimônio é muito mais grave que o crime contra a vida. Um sujeito que chutar uma roleta da barca, num dia de caos do sistema de transporte, pode pegar 26 anos de cadeia”.

Autoritarismo

Wadih Damous, Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB e Pre-

sidente da Comissão da Verdade do Rio, destacou que a política de segurança pública tem uma linha autoritária que independe se o regime é ditatorial ou democrático. “Os capitães do mato são a origem remota da nossa polícia. O Brasil é um país extremamente violento e o direito à cidade é um direito em disputa. As decisões do Estado têm uma tendência classista”, disse.

Ao defender a proposta de emenda constitucional número 51, proposta pelo senador Lindbergh Farias, que trata da desmilitarização da polícia, Damous entende que ela precisa ser problematizada com a cultura do militarismo na sociedade: “Nossa sociedade tem um imaginário militarizado. Isso não é um problema só da polícia. O clamor punitivo que vemos crescer faz parte dessa mentalidade”. Para finalizar, o presidente da Comissão da Verdade estadual afirmou que a democracia está ameaçada: “Nada pior que a ditadura, mas a nossa democracia corre sérios riscos. Está sendo pouco a pouco contaminada por um aparato ditatorial sob um regime democrático. É óbvio que isso decorre do poder econômico”, continuou Damous.

Garantia de direitos

Luciana Boiteux, professora de Direito da FND, conclamou a plateia, composta majoritariamente de alunos de Direito, a pensar o papel dos jovens no momento atual. “Temos que ter consciência desse momento histórico. Esperamos que a resistência ao autoritarismo possa se dar para a ampliação da democracia e para a garantia de direitos”.

Apesquisadora, que é 1ª vice-presidente da Adufrj-SSind, afirmou que os projetos de lei em tramitação atentam diretamente contra a democracia. “Quando se tenta criminalizar a intenção,



Marcelo Freixo,
do PSOL



Wadih Damous,
pela OAB

já se caracteriza o ataque à democracia, que tem por princípio a liberdade de expressão e de ideias. O Direito Penal tem lógica autoritária e seletiva. É um instrumento de manutenção das desigualdades”, acrescentou.

A mediação do encontro foi feita pelos estudantes Leonardo Guimarães (CACO) e Jordana Almeida (DCE).

Fotos: Marco Ferrandes - 25/02/2014